

Crianças e adolescentes em situação de rua: relações entre a rua, o trabalho e a escola

- Children and adolescents in street situation: relationships between street, work and school
- Niños y adolescentes en situación de calle: relaciones entre la calle, el trabajo y la escuela

Fábio Santos de Andrade¹

Reginaldo Santos Pereira²

Armelinda Borges da Silva³

Resumo: O aumento considerável do número de crianças e adolescentes em situação de pobreza no Brasil que necessitam de ações de defesa e garantia de direitos é notório. Entre essas, destacam-se as que estão em situação de rua e que utilizam os espaços públicos urbanos para desenvolver táticas de sobrevivência. Para elas, a rua se torna um local de dinâmicas variadas, de sobrevivência individual e coletiva, de sociabilidade, de prática de atividades lícitas ou ilícitas e até de moradia. Tal realidade traz à tona questões sobre os as-

1 Doutor em Educação. Professor do Programa de Pós-Graduação em Educação Profissional da Universidade Federal de Rondônia (UNIR). Líder do Humanize – Grupo de pesquisa sobre história, educação social e vida cotidiana. Coordenador da Rede Situação de Rua. E-mail: fasaan@hotmail.com

2 Doutor em Educação. Professor do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB), campus de Vitória da Conquista. E-mail: reginaldousesb@gmail.com

3 Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Educação Profissional da Universidade Federal de Rondônia (UNIR). E-mail: armelindabs@gmail.com

pectos positivos da rua que minimizam as situações de pobreza e que a torna atraente e sedutora quando comparada à escola, família e programas de ação educativa complementar; o que pode provocar a ineficiência de muitas políticas públicas e projetos não governamentais que visam reduzir ou erradicar o problema. Nessa trilha, este artigo tem como objetivo refletir sobre o cotidiano das crianças e adolescentes em situação de rua, sobre as relações de sociabilidade estabelecidas com seus pares e sobre ações de inclusão na escola. Tal reflexão parte, principalmente dos estudos de Andrade (2019; 2021), Graciani (2005; 2014), Gregori (2000), Leite (2001) e Telles, (2006). Os estudos apontam que a mudança de cenário, em que as crianças e adolescentes deixam as ruas, retornam ao convívio familiar e são inseridas na escola, deve considerar diversos significantes e contextos que envolvem as causas e situações de pobreza. A escola, enquanto espaço de acolhimento e inclusão, deve estar pronta para lidar com as diferenças, com a diversidade, com as culturas e, principalmente, com os saberes que fazem parte da vida cotidiana das crianças e adolescentes que buscam a sobrevivência nas ruas.]

Palavras-chave: Crianças e adolescentes em situação de rua. Educação social. Educação escolar. Táticas de sobrevivência nas ruas.

Resumen: Es notorio el aumento considerable del número de niños y adolescentes en situación de pobreza en Brasil que necesitan acciones para defender y garantizar sus derechos. Entre estos, destacan los que están en la calle y que utilizan los espacios públicos urbanos para desarrollar tácticas de supervivencia. Para ellos, la calle se convierte en un lugar de variadas dinámicas, de supervivencia individual y colectiva, de sociabilidad, de práctica de actividades lícitas o ilegales e incluso de vivienda. Esta realidad plantea interrogantes sobre los aspectos positivos de la calle que minimizan las situaciones de pobreza y que la hacen atractiva y seductora frente a la escuela, la familia y los programas educativos complementarios; lo que puede provocar la ineficiencia de muchas políticas públicas y proyectos no gubernamentales que pretenden reducir o erradicar el problema. En ese camino, este artículo tiene como objetivo reflexionar sobre el cotidiano de los niños y adolescentes que viven en la calle, sobre las relaciones de sociabilidad que establecen con sus pares y sobre las acciones de inclusión en la escuela. Esta reflexión proviene principalmente de estudios de Andrade (2019; 2021), Graciani (2005; 2014), Gregori (2000), Leite (2001) y Telles, (2006). Los estudios indican que el cambio de escenario, en que los niños y adolescentes dejan las calles, regresan a la vida familiar y se insertan en la escuela, debe considerar varios significados

y contextos que envuelven las causas y situaciones de pobreza. La escuela, como espacio acogedor e incluyente, debe estar preparada para hacer frente a las diferencias, a la diversidad, a las culturas y, sobre todo, a los saberes que forman parte del cotidiano de los niños, niñas y adolescentes que buscan la supervivencia en las calles.

Palabras clave: Niños y adolescentes de la calle. Educación Social. Enseñanza. Tácticas de supervivencia callejera.

Abstract: The considerable increase in the number of children and adolescents in poverty in Brazil who need actions to defend and guarantee their rights is notorious. Among these, those who are on the streets and who use urban public spaces to develop survival tactics stand out. For them, the street becomes a place of varied dynamics, of individual and collective survival, of sociability, of practice of legal or illegal activities and even of housing. This reality raises questions about the positive aspects of the street that minimize situations of poverty and that make it attractive and seductive when compared to school, family and complementary educational programs; which can cause the inefficiency of many public policies and non-governmental projects that aim to reduce or eradicate the problem. Along this path, this article aims to reflect on the daily lives of children and adolescents living on the streets, on the sociability relationships established with their peers and on inclusion actions at school. This reflection comes mainly from studies by Andrade (2019; 2021), Graciani (2005; 2014), Gregori (2000), Leite (2001) and Telles, (2006). Studies indicate that the change of scenario, in which children and adolescents leave the streets, return to family life and are inserted in school, must consider several meanings and contexts that involve the causes and situations of poverty. The school, as a welcoming and inclusive space, must be ready to deal with differences, with diversity, with cultures and, above all, with the knowledge that is part of the daily life of children and adolescents who seek survival on the streets.

Keywords: Street children and adolescents. Social education. Teaching. Street survival tactics.

De rua, não; em situação de rua

A criança e o adolescente em situação de rua sempre fizeram parte da

história do Brasil. Os primeiros registros datam da segunda metade do século XVI, quando foram denominadas pelo padre José Anchieta como moços perdidos, ladrões, maus e patifes (LEITE, 2001). Por todos os séculos seguintes essas criança e adolescente, mesmo excluídas da história oficial do Brasil, sempre tiveram presença marcante na história social e cultural. Ao passar dos anos foram chamadas de “orfãos”, “enjeitados”, “expostos”, “menores”, “delinquentes”, “meninos de rua”, “trombadinha”, “pivete”, dentre outros títulos pejorativos.

O termo mais comum utilizado atualmente é “menino de rua”. Este termo apareceu pela primeira vez no fim da década de 1970, publicado em um livro de Rosa Maria Fischer Ferreira (1979), difundindo-se rapidamente por toda a sociedade. O mesmo foi envolvido numa carga de preconceitos, herdados do termo “menor”, retirando a criança e o adolescente da condição de humanos, passando a identificá-los como inferiores, dignos de pena e vítimas das ações violentas praticadas pelo poder público e pela sociedade.

A expressão ‘menino de rua’ também denota pertença, ou seja, quando na rua, as crianças e adolescentes passam a ser tratadas como se a ela pertencessem; daí a expressão “de rua”. Somente após a promulgação do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), na década de 1990, é que o termo começa a ser modificado e passamos a entender que elas não são “de rua”, elas estão em “situação de rua”, devido a uma série de problemas: econômicos, familiares, pessoais, culturais etc. Assim, o termo correto a ser utilizado é criança ou adolescente em situação de rua. O ECA também passa a denominar TODAS as pessoas até doze anos de idade incompletos com crianças e entre doze e dezoito anos de idade como adolescentes

Da casa para a rua

O olhar humanizado para crianças e adolescentes em situação de pobreza só ganha força na década de 1980, quando o fim do Regime Militar (1964-1985) possibilita a mobilização da sociedade civil, principalmente dos movimentos sociais e da Pastoral do Menor da igreja católica, e o repensar sobre a igualdade, a defesa e garantia de direitos e a justiça social. Foi essa mobilização que também impulsionou a promulgação da Constituição Brasileira de 1988, cujo Artigo 227 trata de todas as crianças e adolescentes sem quaisquer distinção, abolindo o termo menor quando usado para identificar o sujeito e não sua idade.

É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança, ao adolescente e ao jovem, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negli-

gência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão.
(BRASIL, 1990)

Na mesma trilha, em 1990 o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) passa a fortalecer a luta pela defesa e garantia dos direitos das crianças e adolescentes, ao reconhecê-las como sujeitos de direitos, deveres e saberes, independentemente de sua origem étnica e condição econômica e/ou social. No entanto, o texto escrito tarda em se tornar realidade para as crianças e adolescentes em situação de pobreza, principalmente as que estão em situação de rua. Os poucos resultados positivos alcançados pelo ECA não foram capazes de exterminar a violência herdada dos séculos anteriores, mantendo viva na sociedade a herança dos Códigos de Menores de 1927 e 1970 e fazendo com que pobreza seja um “[...] sinal de uma população na prática destituída de seus direitos”, uma sociedade “[...] que se fez moderna e que não consegue traduzir direitos proclamados em parâmetros mais igualitários de ação.” (TELLES, 2006, p. 82).

A década de 1990 ainda foi marcada pela presença do neoliberalismo que orientava a política econômica brasileira, contribuindo significativamente para o aumento das desigualdades econômicas, colocando boa parte da população brasileira em situação de extrema pobreza. É essa condição que impulsiona as pessoas a tornarem-se violadoras dos códigos, símbolos e signos impostos pelo Estado e que violentam os mais pobres, colocando-os numa situação de desigualdade e injustiça social.

Importa ainda ressaltar que a violência contra a população em situação de pobreza está diretamente ligada ao sistema capitalista que nega seus direitos básicos de sobrevivência, tornando essa população mais vulnerável, sendo discriminada pela ação de agentes políticos e sociais que anulam os seus direitos básicos. O mesmo Estado que viola os direitos, na tentativa de controlar as manifestações reivindicatórias que possam surgir da população pobre e de minimizar as atrocidades causadas pela pobreza, cria uma série de políticas assistencialistas que apenas garantem a “funcionalização da pobreza”. (TELLES, 2006, p. 187).

A política social do neoliberalismo era vista pela classe média alta como uma política que atendia aos seus interesses. Para ela, essa política, ao mesmo tempo, confinava a massa trabalhadora nos serviços sociais públicos decadentes e reservava os serviços sociais privados para os setores de renda elevada. Esse sistema obrigou parte da população a tirar suas crianças e adolescentes das escolas e enviá-las às ruas em busca de sustento para suas famílias.

Crianças e adolescentes se espalham pelas ruas das cidades brasileiras, fazendo com que a quantidade aumente significativamente a cada ano.

Elas se tornaram parte da cena urbana, ocupando praças, avenidas, portas de lojas, supermercados e restaurantes, dentre muitos lugares.

Nas ruas, crianças e adolescentes sempre foram obrigados a buscar sua sobrevivência enfrentando desafios que os impulsionam a desenvolver táticas de sobrevivência que nosso olhar, enquanto coletividade influenciada por questões culturais e históricas, se desloca, constantemente, para o campo do lícito ou do ilícito. Nesse contexto, rótulos passam a ter significado e identificação, as crianças e adolescentes perdem seus nomes e passam a ser chamados de menor, menino de rua, marginal, coitadinho, pivete, trombadinha, bandido, excluído, dentre outros. (ANDRADE, 2021, p. 23)

Essas crianças e adolescentes criam táticas de sobrevivência, lícitas e ilícitas, capazes de promover a sobrevivência individual ou coletiva. “Assim, os meninos vendendo alho e flanela nos cruzamentos com semáforos não são a prova do atraso do país, mas de sua forma atroz de modernização.” (SCHWARZ, 2012, p. 23).

No Brasil as táticas de sobrevivência recebem nomes variados como “viração”, “caça jeito”, “correria”, “mangueamento” e “desenrascaço” e exigem uma convivência grupal entre os usuários do espaço urbano, possibilitando a otimização do tempo e promovendo a eficácia das ações executadas.

De acordo com Feffermann (2006, p. 177), as crianças e adolescentes em situação de rua se agrupam por identificação, “Mas se, num primeiro momento, essa é a finalidade, percebe-se que muitos destes grupos transformam-se e passam a ter como propósito, implícito ou explícito, a manutenção das condições sociais”. Esses grupos passam a ter o sentido de família cuidadora e protetora. Em citação extraída do livro de Lígia Costa Leite, “Meninos de rua: a infância excluída no Brasil”, um adolescente afirma que,

A rua só presta se você souber cair nela, se souber lutar, viver, como por exemplo, quando eu caí na rua eu não tinha amizade, eu não conhecia ninguém. Agora a gente é unido assim, se eu consigo uma coisa todo mundo vai comer. Se um tem um dinheiro assim, eles compra um negócio pra todo mundo. Se come e fica de marra a gente não deixa, todo mundo é irmãozinho. (LEITE, 2001, p. 168)

A rua possibilita que cada criança ou adolescente se identifique com seus pares que são provenientes do mesmo universo de miséria e que estão na rua em busca sobrevivência. Formam grupos que brincam, namoram, roubam, pedem dinheiro e/ou alimentos e sobrevivem da caridade, do assistencialismo e do lixo. Os laços entre os grupos são tão fortes que fazem com que a vida coletiva na rua substitua os vínculos familiares. Assim,

O rompimento dos vínculos familiares possibilita a composição de outros laços de afetividade, fazendo surgir uma família unida pela dor, pela alegria e pela necessidade de viver e sobreviver na e da rua. Os que residem nas ruas passam ser uma nova família, um gru-

po unido pelas mesmas dores; um grupo em que os membros se amam e se odeiam, se violentam e se protegem. Mas, acima de tudo, a cultura da rua provoca relações de sociabilidade e afetividade que os fazem iguais, unidos na luta contra um inimigo comum e pela sobrevivência. (ANDRADE, 2019, p. 109)

A rua é, e sempre será, um espaço de perigo para os que nela buscam a sobrevivência. No entanto, o perigo enfrentado ordinariamente nas ruas, muitas vezes, torna-se pequeno quando comparado às manifestações de violência que se apresentam no universo familiar e nos bairros onde residem, “[...] no qual a violência física não é só virtual.” (GREGORI, 2000, p. 71). Embora a rua exija “esperteza” e “coragem”, nem sempre ela é necessariamente mais violenta do que a família, a casa ou o bairro, e, muitas vezes, esses jovens saem de casa, porque se envolveram (ou foram envolvidos) em situações onde a permanência significa correr risco.

Para execução dessas táticas crianças e adolescentes se dividem em diversos grupos, cada um com características próprias e regras de convivência e sobrevivência. Os diversos grupos são formados considerando as culturas individuais, os espaços públicos urbanos e as táticas desenvolvidas. Dentre os diversos grupos, Andrade (2019, p. 87) destaca cinco:

1. Crianças e adolescentes que mantêm vínculo com a família e com a escola – Os membros deste grupo mantêm fortes vínculos familiares, tem residência fixa e frequentam a escola. Vão à rua desenvolver táticas de sobrevivência, no turno oposto ao da escola, a fim de gerarem renda para contribuir no sustento da família. Em muitos casos o rendimento escolar é baixo, tendo em vista que as táticas de sobrevivência provocam o esgotamento físico e mental, o que, conseqüentemente, interfere na execução das atividades escolares;

2. Crianças e adolescentes que mantêm vínculo com a família e que abandonaram a escola – Os membros deste grupo mantêm fortes vínculos familiares e tem residência fixa, no entanto, deixaram a escola, priorizando a ida à rua, na tentativa de garantir a sobrevivência individual e familiar. Desenvolvem táticas de sobrevivência na rua e retornam para casa ao final do dia levando os ganhos que complementam o sustento da família;

3. Crianças e adolescentes que vão à rua acompanhados da família – Esse grupo vai à rua em família e retorna para casa ao fim do dia. Normalmente é composto, principalmente, por pais e filhos e as táticas de sobrevivência são desenvolvidas em grupo, destacando especialmente a mendicância;

4. Crianças e adolescentes que tomaram a rua como moradia, mas ainda mantêm vínculos familiares – Esse grupo passou a residir na rua, mas ainda mantêm vínculos com as famílias, que tem residência fixa, visitando-as regularmente. Em muitos casos, as famílias residem em cidades diferentes das que as crianças e adolescentes em situação de rua estão;

5. Crianças e adolescentes que perderam os vínculos familiares,

tomando a rua como moradia – Esse grupo é formado por crianças e adolescentes independentes. Os laços familiares foram rompidos por diversos fatores (distância, brigas, exploração, abusos, falta de comida etc.). Vivem em grupos que delimitam espaços, regras de convivência e funções na rua. Desenvolvem táticas de sobrevivências diversas: roubo, mendicância, malabares, uso e venda de drogas, relações sexuais consentidas ou pagas. Muitos formam famílias e têm filhos, mesmo morando na rua. Há casos em que bebês são alugados para outros membros do grupo, para serem usados como sensibilizadores na mendicância, fazendo-se passar por pais da criança. Assim, para eles, a rua se torna um lugar de dinâmicas variadas.

Nessa trilha, devemos compreender a rua como um espaço onde as crianças e adolescentes desenvolvem suas táticas de sobrevivência, onde fazem novas amizades, onde conciliam trabalho, educação e lazer. Algumas, pela distância da moradia ou problemas familiares, nem retornam às suas casas.

A rua e o lugar da escola

A professora era muito bruta, xingava muito e me chamava de retardado e sujo. Um dia briguei com uns filhinhos de papai, porque eles me chamaram de “negro fedido”. Bati neles e fugi. Eles deram queixa na escola. A diretora chamou minha mãe para dar queixa de mim. Aí nunca mais voltei lá. Fiquei triste porque perdi a merenda. Mas, da escola, nem senti falta (ATAIDE, 1996, p. 18).

A citação acima, extraída do livro “Joca: um menino de rua”, escrito por Yara Dulce Bandeira de Ataíde, revela o cotidiano escolar de várias crianças e adolescentes em situação de pobreza no Brasil. Quando falamos sobre o cotidiano e sobre a rotina escolar de crianças e adolescentes, pensamos na escola e em seu papel no acolhimento, inclusão e respeito às diferenças, diversidades e saberes. Em nosso contexto, a escola é vista como espaço de formação para a vida adulta e de aquisição de saberes necessários para a vida em sociedade, dentro de um modelo de cidadania elaborado pelo Estado, sendo este o principal responsável por sua oferta gratuita e com qualidade. Com base nos artigos 205 e 206 da Constituição Federal,

Art. 205 - A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.

Art. 206 - O ensino será ministrado com base nos seguintes princípios: I - igualdade de condições para o acesso e permanência na escola; II - liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar o pensamento, a arte e o saber; (BRASIL, 2010)

Na prática, a escola ainda é um espaço que intenciona um modelo pa-

drão de educando, construído social e culturalmente, que, ao ser inserido em instituições educacionais, é capaz de suportar suas regras e rotinas e de absorver o conteúdo programático ofertado. Essa mesma escola também exclui os alunos e alunas que, dentro do padrão série/idade, não estão prontos para se “encaixarem” em um modelo de educando previamente formatado. Assim, ela cria um sistema de expulsão denominado evasão.

Para as crianças e adolescentes, acostumadas à liberdade das ruas, inserir-se em uma escola – tendo que ficar durante horas presas a uma sala de aula e obedecer às normas institucionais, às quais ainda não estão acostumadas – pode ser algo extremamente desestimulante. Muitas nunca frequentaram a escola por falta de tempo, devido às atividades desenvolvidas na rua, ou por não a verem como necessária. As famílias, maioria compostas por pessoas que pouco ou nunca frequentaram uma escola, deixam a educação escolar das crianças e adolescentes em segundo plano frente à necessidade de sobrevivência diária, buscando nas ruas alimento e dinheiro.

Na tentativa de incluir as crianças e adolescentes em situação de rua no ambiente escolar, o Estatuto da Criança e do Adolescente (BRASIL, 1990), impõe obrigatoriedades ao poder público e incentiva a vocação filantrópica, fazendo surgir programas e projetos sociais, desenvolvidos pelos estados e municípios, por organizações não governamentais e grupos sociais. Tais ações objetivam a retirada dessas crianças e adolescentes da rua, a construção de um novo projeto de vida e a inserção das mesmas na escola e na família. Contudo, esses projetos e programas desenvolvem atividades educativas complementares fora do ambiente escolar e não substituem a escola que é a única instituição autorizada a certificar o indivíduo como um “ser educado”. Aqui ganha força o que Saviani (1998, p. 157) chamou de hipertrofia da escola, em que a mesma passa a absorver todas as funções educativas que antes eram desenvolvidas fora do ambiente escolar. O mesmo autor também afirma que,

[...] a escola é uma das formas de educação, uma entre muitas e, entre estas, não é a principal. Educa-se através de múltiplas organizações, não apenas através da escola. Educa-se, por exemplo, através dos sindicatos, dos partidos, das associações dos mais diversos tipos, através dos clubes, do esporte, dos clubes de mães. Educa-se através do trabalho, através da convivialidade do relacionamento informal das pessoas entre si. Daí se considera que a escola é uma entre essas muitas formas de educar e não é a que tem maior peso. (SAVIANI, 1998, p. 158)

A escola que temos hoje não está preparada para acolher e trabalhar com os saberes e as especificidades apresentadas pelas crianças e adolescentes em situação de rua. Para Graciani (2005, p. 167), quando as crianças e adolescentes saem das ruas e entram na escola, suas atitudes, enfrentamentos e brincadeiras “[...] são rotuladas de inadequadas e dificultadoras das aprendi-

zagens escolares, e invariavelmente vistas como sinal de impertinência, indisciplina ou falta de atenção". Isso prova a incapacidade da escola em lidar com o diferente, principalmente com os que carregam os estigmas históricos de "menor", "menino de rua", "pivete", "marginal" e "delinquente".

Em uma escola, que compreende que os alunos e alunas são diferentes e suas necessidades de aprendizagem também, a sala de aula não deve ser o palco para "apresentação" dos professores e professoras; mas sim, um local de construção do conhecimento, numa relação de ensino-aprendizagem que envolve a valorização dos diversos saberes. Para se tornar inclusiva, a escola precisa romper com os estigmas que discriminam as crianças e adolescentes em situação de rua e as colocam em um sistema de vigilância que as considera suspeitas quando atos ilícitos são praticados no ambiente escolar.

Sabemos que a educação tem um imenso poder na formação de seres críticos, mas deve atuar compreendendo e valorizando as diferenças, as diversidades e singularidades. Precisa acreditar que as crianças e adolescentes em situação de rua possuem um grande potencial de aprendizagem; o que lhes faltam são oportunidades concretas. Essas oportunidades, a que nos referimos, não podem vir isoladas no campo da escolarização; elas devem estar inseridas em um contexto amplo, envolvendo geração de emprego e renda, saneamento básico, moradia, saúde, alimentação etc. Tais medidas não devem ser "assistencialistas" ou "paternalistas" e sim discutidas e desenvolvidas com a participação dos alunos e alunas, considerando seus conhecimentos construídos na vida cotidiana, pois "[...] quem não apostar que existem nas crianças e nos jovens com quem trabalhamos, qualidades que, muitas vezes, não se fazem evidentes nos seus atos, não se presta, verdadeiramente, ao trabalho educativo" (COSTA, 1999, p. 20).

Sabemos que a escola supervaloriza um processo de ensino e aprendizagem que objetiva diminuir a repetência, a evasão e o analfabetismo, porém o modelo pedagógico imposto pelo Estado, muitas vezes, exclui aqueles que não estão acostumados à rotina escolar. Para Mill (1991, p. 118), a educação tem um importante papel na formação e no condicionamento do indivíduo, sendo ela responsável por educar gradativamente a sociedade, convencendo e persuadindo ao tratar das virtudes que um indivíduo em um ambiente de convivência coletiva deve ter. Com isso, surge a pergunta: Qual é a essência de uma escola de qualidade? Ao respondê-la, Milet (1999, p. 17) afirma que a escola deve ser encarada "[...] como um espaço de produção e disseminação da cultura, de conhecimentos e principalmente de luta contra a desigualdade".

A rua enquanto espaço educativo

Mesmo com todos os riscos que a rua possui, ela deve ser compreen-

dida como espaço educativo capaz de potencializar saberes. Nela as crianças e adolescentes desenvolvem uma sabedoria única, fruto das vivências diárias e das relações de sociabilidade. Vivenciam uma educação construída pelas táticas de sobrevivência que desenvolvem com o objetivo de ocupar e dominar o espaço público urbano. Operações matemáticas, leitura de símbolos, dramaturgia... são também saberes adquiridos e aprimorados nas ruas.

A princípio, devemos compreender a criança e o adolescente em situação de rua como sujeitos formados em espaços ímpares, diferentes dos que comumente elegemos como educativos e próprios para o desenvolvimento humano. Entre as várias atividades desenvolvidas pelas crianças e adolescentes em situação de rua está a abordagem que fazem às pessoas que transitam pelas vias públicas e que representam uma percentagem considerável na captação de recursos que possibilitam a sua sobrevivência e/ou de suas respectivas famílias ou grupos. Essas abordagens, reconhecidas aqui como táticas de sobrevivência, são compreendidas comumente como mendicância. (ANDRADE, 2019. p. 102).

Elas possuem uma enorme capacidade de articular artisticamente as palavras e criar histórias que podem sensibilizar e encantar seu público-alvo. As histórias por elas tecidas encantam, emocionam e comovem. Não há apenas uma narração simples, há a incorporação teatral do personagem da história.

Esses saberes, pouco compreendidos, fazem com que, em muitos casos, as crianças e adolescentes em situação de rua tenham um desenvolvimento cognitivo superior quando comparado ao de outras crianças e adolescentes da mesma faixa etária. Elas adaptam a natureza, por meio das táticas, para satisfazer suas necessidades humanas no mundo capitalista. Dessa forma,

Não podemos também desconsiderar o poder de aprendizagem e criatividade dessas crianças e adolescentes em situação de rua, pois, visualizamos suas táticas de sobrevivência entrelaçadas aos códigos da moralidade estipulados pelo Estado. Eles conhecem as normas e códigos fornecidos pelo Estado, mas só as respeitam quando lhes fornecem algum benefício. (ANDRADE, 2019. p. 96).

Também não podemos esquecer que as crianças e adolescentes em situação de rua foram, e continuam sendo, vítimas do descaso do sistema capitalista. Apesar de tantas mudanças ocorridas na legislação brasileira, que teoricamente garantem uma educação gratuita e de qualidade para todos, muitas crianças e adolescentes ainda estão fora da escola. Sendo assim, consideramos importante refletir sobre o modelo de escola que temos. Para as que estão em situação de rua, "O espaço da rua, duramente conquistado, constitui o seu mundo e a sua maior lição de vida é a única "escola" que passam e frequentar sem evadir." (ANDRADE, 2019, p. 109). A rua acolhe e as torna iguais, o que frequentemente não acontece na escola.

Em seu processo de mudança, a escola deve compreender as diferen-

ças e singularidades e promover a inclusão positiva das crianças e adolescentes em situação de rua, pois, parafraseando Graciani (2014, p. 31), fazer pedagogia hoje é confrontar-se com a diferença, superar o preconceito, promover a emancipação e, principalmente a justiça social.

Referências

ANDRADE, Fábio Santos de. *Crianças e adolescentes em situação de rua no Brasil: táticas de sobrevivência e ocupação do espaço publico urbano*. Jundiaí-SP: Paco Editorial, 2019.

ANDRADE, F. S. de. Diversidade, sociabilidade e superioridade masculina no cotidiano da rua. In. SANTOS, João Diógenes Ferreira dos; CARVALHO FILHO, Milton Júlio de; CUNHA, Tânia Rocha Andrade (org.). *Memórias, masculinidades e feminidades*. Uberlândia: Navegando Publicações, 2021.

ATAIDE, Yara Dulce Bandeira de. *Joca: um menino de rua*. São Paulo: Loyola, 1996.

BRASIL. *Estatuto da Criança e do Adolescente*: Lei Federal n. 8069, de 13 de julho de 1990. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil. Brasília, 14 de julho de 1990. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8069compilado.htm. Acesso em 22 de jun. 2021.

BRASIL. *Constituição da República Federativa*: Texto constitucional promulgado em 5 de outubro de 1988, com alterações adotadas pelas Emendas Constitucionais. Brasília: Senado Federal, 2010.

COSTA, Antônio Carlos Gomes da. *Aventura pedagógica: caminhos e desaminhos de uma ação educativa*. Belo Horizonte: Modus Faciendi, 1999.

FEFFERMANN, Marisa. *Vidas arriscadas: o cotidiano dos jovens trabalhadores do tráfico*. Petrópolis: Vozes, 2006.

FERREIRA, Rosa Maria Fisher. *Meninos de rua: valores e expectativas de menores marginalizados em São Paulo*. São Paulo: Comissão Justiça e Paz/CEDEC, 1979.

GRACIANI, Maria Stela Santos. *Pedagogia social de rua*. 5. ed. São Paulo: Cortez; Instituto Paulo Freire, 2005.

GRACIANI, Maria Stela Santos. *Pedagogia social*. 1. ed. São Paulo: Cortez, 2014.

GREGORI, Maria Filomena. *Viração: experiências de meninos nas ruas*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

LEITE, Lígia Costa. *Meninos de rua: a infância excluída no Brasil*. São Paulo: Atual, 2001.

MILET, Maria Eugênia. *Brincadeira com assunto dentro*. Salvador: Miac, 1999.

MILL, John Stuart. *Sobre a liberdade*. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 1991.

SAVIANI, Demerval. O trabalho como princípio educativo frente às novas tecnologias. In: FERRETTI, Celso João et al. *Novas tecnologias, trabalho e educação: um debate multidisciplinar*. 4. ed. Petrópolis: Vozes. 1998.

SCHWARZ, Roberto. *Martinha versus Lucrecia: ensaios e entrevistas*. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

TELLES, Vera da Silva. *Direitos sociais: afinal do que se trata?* 2. reimpr. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2006.

